



# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício Findo

Em 31 de Dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto se de outro modo indicado)

**17.6.2. Risco de liquidez:** Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo no ativo circulante que totalizam, aproximadamente, o montante de R\$ 30.181. Adicionalmente, nossa gestão de risco tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, em foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. A Companhia busca as melhores rentabilidades, considerando os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e a companhia regularmente as taxas contratadas, comparando-as com as vigentes no mercado. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2014:

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	Total
Fornecedores	10.615	-	-	10.615
Debêntures - Principal e encargos	-	195.752	-	195.752
<b>Total</b>	<b>10.615</b>	<b>195.752</b>	<b>-</b>	<b>206.367</b>

**17.6.3. Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

## 17.6.4. Gestão de capital:

	31/12/2014	31/12/2013
Debêntures (Líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(195.752)	-
Não circulante	-	-
Divida total	(195.752)	-
Caixa e equivalentes de caixa	188	175
Investimentos de curto prazo	29.993	10.238
Títulos e valores mobiliários (Circulante e não circulante)	-	-
Divida líquida	(165.571)	10.413
Patrimônio líquido	105.416	88.870
Índice de endividamento líquido	<b>1,57</b>	<b>0,01</b>

## 18. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e no julgamento de nossa administração, sendo que são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda provável. **(a) Perda provável:** Em 31 de dezembro de 2014 não existem

demandas judiciais, trabalhistas ou administrativas de natureza fiscal, cível, arbitrais ou ambientais com risco de perda provável, que individualmente, na avaliação da Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, sejam consideradas relevantes para os negócios. **(b) Perda possível:** Tais processos não são provisionados pela Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, que merecem destaques são: **(i) Demandas de Natureza Trabalhista:** a Companhia possui uma demanda de natureza trabalhista, cujo o valor estimado da causa em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 157 (R\$ 130 em 31 de dezembro de 2013), correspondente ao pleito de verbas rescisórias e indenizações. **(ii) Demandas Cíveis:** **• Ação Civil Pública nº 0018408-23.2013.4.01.32.00**, proposta pelo Ministério Público Federal em face da União, ANEEL, Energia S/A e Transnorte Energia S/A. Trata-se de uma ação com fundamento que seja determinado liminarmente a suspensão de todo e qualquer procedimento relacionado à implantação da linha de transmissão constante do lote A do Edital de Leilão da ANEEL 04/2011, inclusive o processo de licenciamento ambiental, ou seja, trata-se de uma obrigação de não fazer para prevenção de danos ambientais e indígenas envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco aproximado, em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 1.211. Em função dessa ação este empreendimento possui um deslocamento documentado e justificável do seu cronograma de implantação e embora a entrada em operação esteja prevista para ocorrer após a data oficial do órgão regulado,

a Administração da Companhia espera minimizar os impactos na rentabilidade do projeto, realizando um forte trabalho de gerenciamento de fluxo de caixa, ajustando o fluxo de desembolsos do projeto em relação ao cronograma original.

## 19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vales-refeição e plano odontológico. A Companhia não possui benefícios pós-emprego.

## 20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens de sua responsabilidade sujeita a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A Companhia possui um seguro *performance bond*, que visa a garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão nº 003/2012, decorrente do Leilão 04/2011 - ANEEL. O prêmio total montou a R\$ 512 com vigência de 24 de janeiro de 2012 a 8 de maio de 2015, sendo a importância segurada no montante de R\$ 48.400.

## 21. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia mantém contrato de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais para a construção do empreendimento, no valor de R\$ 813.541 (R\$ 605.745 em 31 de dezembro de 2013).

## A Diretoria

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, aos Conselheiros e aos Diretores da Transnorte Energia S.A. Brasília - DF. **Introdução:** Examinamos as demonstrações contábeis da Transnorte Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e

adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transnorte Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases: Custos do empreendimento na fase de construção:** Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, a qual informa que a Companhia vem dependendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré- operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou de terceiros para a conclusão da referida linha de transmissão. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta situação de capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 175.498 mil. Essas demonstrações contábeis não contemplam quaisquer efeitos, que seriam requeridos na apresentação de seus ativos e passivos, em caso de insuficiência desse fluxo de recursos financeiros. **Aspectos relacionados aos prazos de operação do empreendimento:** Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 às

demonstrações contábeis, a Companhia é detentora do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 003/2012 - ANEEL, de 25 de janeiro de 2012, outorgada pela União pelo prazo de 30 anos. Em 11 de outubro de 2013, o Ministério Público Federal impetrou ação civil pública (nº 18408-23.2013.4.01.3200), cuja sentença declarou a nulidade do Edital do Leilão ANEEL nº 04/2011 que deu origem ao referido contrato de concessão. No entanto, atualmente, existe uma decisão proferida em uma ação de suspensão de liminar (Processo nº 0076128-42.2013.4.01.0000), a qual tramita perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinando a suspensão da execução do comando expresso na sentença prolatada nos autos da referida ação civil pública. Essa decisão vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ação principal. O eventual desfecho futuro desfavorável à Companhia da referida decisão judicial pode impedir o uso do pressuposto da continuidade operacional na elaboração e na apresentação de suas demonstrações contábeis, cuja probabilidade de risco de perda é atualmente classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível (Nota Explicativa nº 18). Adicionalmente, em razão dos problemas de licenciamento ambiental, decorrentes do condicionamento, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de emissão da licença prévia à manifestação conclusiva pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), uma vez que o traçado da linha de transmissão atravessa o interior de terras indígenas, bem como da existência da referida ação civil pública, os prazos do cronograma disposto no Contrato de Concessão ficam prejudicados. Isso posto, eventuais perdas futuras no empreendimento e não previstas no projeto inicial podem ser incorridas e objeto de registro nas demonstrações contábeis da Companhia tão logo sejam

conhecidas e mensuráveis pela Administração. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 31 de janeiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação. **Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar para as demais entidades. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 16 de março de 2015



KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Alexandre Dias Fernandes  
Contador CRC DF-012460/O-2